

AGENDA PARA O PLANETA

| WALDIR SALVADOR

| opiniao@hojeemdia.com.br

Em 2015, durante um histórico encontro da Organização das Nações Unidas (ONU), 193 países-membros da entidade assinaram um acordo para a criação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O documento, que determina ações a serem implementadas no mundo a partir deste ano, é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – baseados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de 2000 – e 169 metas que visam acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, protegendo o meio ambiente e enfrentando mudanças climáticas.

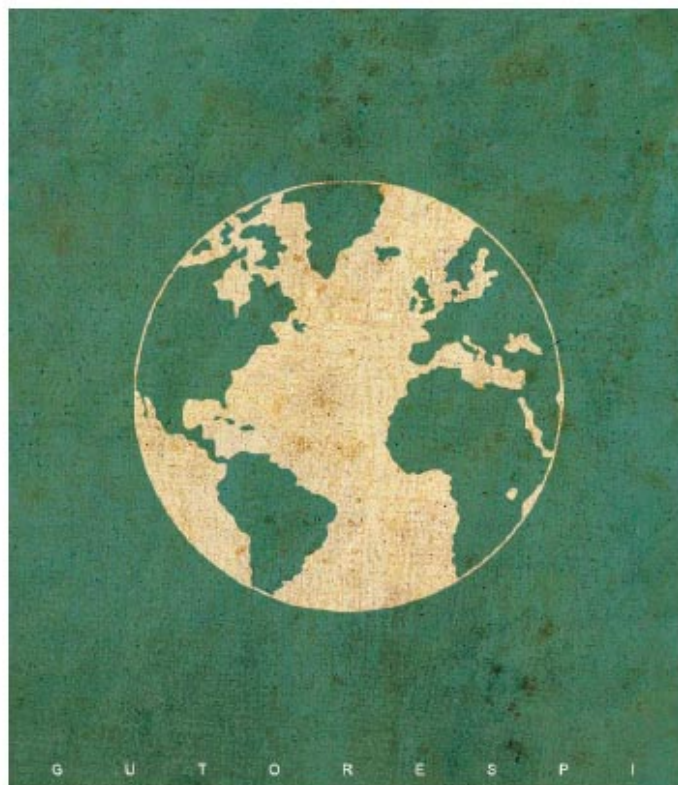
Por conter proposições ambiciosas e que exigirão um esforço econômico, político e diplomático sem precedentes de todas as nações assinantes, a Agenda 2030 possui uma abrangência sistêmica e, exatamente por isso, impõe inúmeros desafios para se tornar exequível, por meio do envolvimento de chefes de Estado, empresas públicas e privadas e a sociedade civil como um todo.

A Agenda é considerada um divisor de águas nos acordos já firmados entre os países-membros da ONU, por ser o mais abrangente até então e por abarcar premissas de outros documentos e encontros realizados pela Organização. Alcançar todos esses objetivos, no entanto, requer romper com paradigmas seculares, que se baseiam na sobreposição dos interesses econômicos em relação aos aspectos socioambientais.

Além disso, apenas implementar qualquer iniciativa é apenas o primeiro passo, é preciso criar meios de acompanhamento das ações e revisão de metas, a fim de identificar êxitos, falhas e propor novos desafios e planos de ação.

Um dos objetivos da Agenda 2030 diz respeito ao consumo e meios de produção sustentáveis, tema complexo e, ao mesmo tempo, urgente, se considerarmos, por exemplo, que a fabricação mundial anual de plástico chega a 265 milhões de toneladas, sendo que o bioplástico – feito a partir de fontes renováveis – corresponde a apenas 0,2% desse total.

Os dados da Associação Brasileira da Indústria do



Plástico (Abiplast) reforçam a ideia de que reverter um quadro como exige um intenso diálogo entre o poder público, no sentido de definir e rever leis em relação à produção, com as empresas produtoras e com as pessoas, que precisam ser conscientizadas e orientadas a repensar os hábitos de consumo.

Mesmo com os possíveis gargalos e com as imperfeições da Agenda 2030, há de se celebrar o avanço e a capacidade de diálogo empreendida pelos países-membros com a assinatura do acordo. Os 17 ODS e as 169 metas também são universais, o que significa que todas as nações, ri-

cas ou em desenvolvimento, terão que prestar contas desse acordo.

No plano nacional, o Brasil está apoiado no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que conta com contribuições da União, estados, municípios, sociedade civil, movimentos sociais, setor privado e da academia para os debates acerca do desenvolvimento sustentável.

Isso reforça que somente a partir do esforço colaborativo conseguiremos avançar a passos largos na promoção de um planeta justo e igualitário, onde possamos viver dignamente como verdadeiros cidadãos.

Superintendente da CSul
Desenvolvimento Urbano